

EDITORIAL

O número 58, volume 25, da Revista Jurídica da FURB, mais uma vez traz em seu bojo eixos temáticos de grande relevância aos debates jurídicos, especialmente no que toca aos assuntos sensíveis à sociedade e que exigem desta um maior desvelo.

Os assuntos foram abordados de modo a reverberar em argumentos plausíveis, capazes de agregar às narrativas discursivas fundamentos relevantes, bem como fomentar o aprofundamento do saber e a construção de um pensamento crítico.

O presente volume está contemplado com artigos desenvolvidos em pesquisas elaboradas em diversas Universidades e Programas de Pós-graduação em Direito dentro do território brasileiro, bem como no território estrangeiro, o que enriquece a diversidade temática e argumentativa.

Em síntese, esta edição foi composta por quatro artigos, sendo três deles desenvolvidos por autores brasileiros e um deles por uma autora italiana, além de conter a tradução de um belíssimo artigo publicado originariamente em inglês no *Medical Sociology Online*.

Neste número da Revista Jurídica da FURB foi possível reunir artigos com diversos eixos temáticos, mas que têm em comum colocar luz sobre assuntos atuais, que demandam uma reorganização e uma reanálise pela ciência jurídica, visando alcançar a superação de alguns paradigmas. São temas de grande relevância e importância para o contexto jurídico, mas também social, contemporâneo.

Nesse sentido, o primeiro artigo tem como objeto precípua o direito fundamental ao meio ambiente e as suas lacunas e controvérsias no que toca à sua proteção no plano internacional. Desenvolvido pela pós-doutora Beatriz Costa, em coautoria com a doutoranda Luciana Fabel e o graduando Fernando Massad, os autores analisam o surgimento do termo *ecocídio*, bem como contextualizam as competências do Tribunal Penal Internacional (TPI), concluindo que, embora seja emergente a tutela ambiental em nível internacional, o referido Tribunal não possui competência para julgar os casos de ecocídio por rompimento de barragens de rejeitos de mineração, por ausência de previsão legal, além da necessidade de se comprovar a intenção do

agente de produzir o resultado.

Em seguida, a doutora Vanessa Rocha e o pós-graduando Ian Pinheiro tratam sobre o hiperconsumo, tema relevantíssimo e imprescindível para a compreensão das relações sociais contemporâneas, que se baseiam em uma visão do mundo voltada, principalmente, para a acumulação do capital, dentro de um sistema de produção capitalista. Assim, os autores propõem demonstrar a relação direta entre o consumismo e a precarização do trabalho na sociedade hipermoderna, que fomenta a ocorrência do *dumping* social (superexploração de trabalhadores) e proporcionam a prática de trabalho análogo à escravidão, competindo à sociedade conhecer desses desafios para caminhar no sentido de garantir e proteger os direitos basilares dos trabalhadores.

Sequencialmente, o professor José Levi Mello do Amaral Júnior suscita explicações oportunas sobre os elementos e funções do Presidente da República, perpassando sobre a questão da reeleição, fazendo um contraponto ao Constitucionalismo que busca a limitação do poder, garantindo a existência de Poderes que, inseridos em um sistema de freios e contrapesos, previne o abuso de poder e a ocorrência de crises institucionais. Esse tema ganha especial relevância em virtude da proximidade das eleições e possibilita ao leitor uma maior conexão, considerando o contexto político em que o Brasil está inserido.

Já o artigo elaborado por Giulia Caruso, Mestranda em História e Cultura dos Países Mediterrâneos, pela Universidade de Catania, na Itália, faz uma incursão profunda no que toca à cidadania da mulher. Iniciando com a contextualização histórica, a autora desenvolve o conceito de cidadania e coloca luz sobre o fato de se tratar de um direito consagrado dentro do universo masculino. E, ainda, mesmo após as conquistas provenientes dos movimentos feministas, o exercício desses direitos não se deu de forma homogênea, tendo a mulher negra sofrido ainda maior opressão em virtude do passado colonial. A autora demonstra como o feminismo negro pode ser lido como prática de resistência e luta. Em suas conclusões, ratifica a necessidade de superação de velhos paradigmas para a construção e consolidação de uma cidadania mais igualitária e, de fato, universal.

Para fechar a presente edição, Luana Araújo, Doutoranda pela UFRJ e pela Universidade Westfälische Wilhelms-Universität Münster, traz uma belíssima tradução do artigo que tem como título o seguinte questionamento: “Os autistas falam mas serão eles ouvidos?”. O texto traduzido foi elaborado por Damiran Milton, Membro da National Autistic Society, em coautoria com Mike Bracher, pesquisador do Grupo de Pesquisa de Processos Complexos de Saúde dentro da

Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Southamton.

Feitas essas considerações, a complexidade dos temas abordados, tão próximos à realidade dos leitores, instiga a leitura não só como meio de investigação e aprimoramento, mas também como forma de desnudar alguns paradigmas. Por isso, agradecemos aos autores pelas valiosas contribuições, bem como aos avaliadores pelo excelente trabalho desempenhado.

Aos nossos leitores, desejamos uma excelente leitura!

Dr. Leonardo da Rocha de Souza

Editor

Daisy Cristine Neitzke Heuer

Sabrina Lehnen Stoll

Saskia Lobo

Editoras executivas